

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 98251 de 01/04/2013
Edição Eletrônica nº 19544



Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

INVESC - Santa Catarina Participação e Investimentos S.A.

C.N.P.J.: 00.897.864/0001-58

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2012

Senhores Acionistas,

Levamos ao conhecimento de V. Sas. o Relatório Anual de Gestão, acompanhado das Demonstrações Financeiras, das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, relativo ao exercício de 2012.

Em 1995 a INVESC realizou a emissão de debêntures, equivalente a R\$ 100.000.000,00, valor este repassado ao Estado para a alocação em investimentos públicos no próprio Estado de Santa Catarina. Esta foi à única operação realizada pela empresa desde a sua constituição.

Atualmente a INVESC não possui nenhuma atividade relacionada com a sua atividade operacional. Realiza apenas as atividades previstas na legislação vigente para sua existência. Não possui quadro de funcionários nem sede própria, tendo como patrimônio somente alguns equipamentos necessários para a manutenção das atividades.

Os executivos administradores em 31/12/2012 são:

Wanderlei Pereira das Neves	Diretor-Presidente
Wanderlei Pereira das Neves	Diretor de Relações com o Mercado
Simone de Souza Becker	Diretora
Luis Eduardo de Souza	Diretor

As despesas com manutenção da empresa se restringiu às seguintes:

Despesas Administrativas e de Manutenção	R\$ 62.769,41
Taxa CVM trimestral	R\$ 4.972,20
Despesas com Publicações	R\$ 22.767,92
TOTAL DO ANO	R\$ 90.509,53

No exercício de 2012 a INVESC deu continuidade em uma reorganização administrativa, com ênfase no acompanhamento das questões legais, cumprimento de obrigações e prazos perante a Receita Federal do Brasil - RFB, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Junta Comercial do Estado - JUCESC e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em Maio de 2012 foi renovado o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Externa com o escritório Valério Matos Auditores Independentes, por mais um ano, no valor global de R\$ 11.701,49, de acordo com cláusulas contratuais autorizadas.

Em 24.07.2012, foi recebido da Comissão de Valores Mobiliários R\$ 51.020,66 de restituição de Taxa de Fiscalização trimestral de 1998 a 2011 pagos a maior, referente ao Pedido de Restituição protocolado em 12.03.2012.

Também em julho foi atendido Pedido de Informações do Tribunal de Contas do Estado referentes às contas do exercício de 2010.

Em agosto/2012 foi renovado o Contrato de Prestação de Serviços com o escritório de Contabilidade, NEWS Contabilidade, por mais um ano, no valor de R\$ 3.788,28 mensais, de acordo com cláusulas contratuais autorizadas.

A INVESC recebeu, durante o ano, R\$ 54.482,52 da Receita Federal do Brasil, de restituição de Imposto de Renda cobrado indevidamente oriundos do resultado de alguns dos vários processos administrativos existentes protocolados na Receita Federal do Brasil.

A INVESC recebeu em 2011 uma multa da CVM de R\$ 18

mil, que, por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, recorreu judicialmente, após efetuar o depósito judicial do valor corrigido de R\$ 24.377,40. Em julho de 2012, em sentença de 1ª instância, o juiz anulou a exigibilidade da multa por ter sido cobrada indevidamente, pois não observou o Princípio da Legalidade, previsto na Constituição Federal, no artigo 37, caput. A CVM recorreu para a 2ª instância (TRF4, em Porto Alegre).

As debêntures emitidas e vencidas em 31/10/2000 e os juros sobre as debêntures vencidos e não pagos até 31/12/2012, totalizaram pelos critérios de atualização previstos na escritura R\$ 3.918.625.590,27.

A atual Diretoria da INVESC vem mantendo os contatos necessários para buscar o encerramento da dívida da INVESC e possibilitar a sua extinção. Contudo, até o término do exercício de 2012 as tratativas não possibilitaram encontrar um denominador comum que permitisse a conclusão das negociações.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013.

A DIRETORIA

Wanderlei Pereira das Neves Diretor Presidente	Neri Müller Contador CRC/SC 023.584/O-6
Simone de Souza Becker Diretora	Luis Eduardo de Souza Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE:

(Valores expressos em R\$ 1,00)

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	632.908,51	606.187,49
DISPONIBILIDADES	632.908,51	606.187,49
Bancos Conta Corrente	-	3.945,10
Aplicações Financeiras	632.908,51	602.242,39
NÃO CIRCULANTE	200.932.605,52	200.874.288,78
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	200.927.641,72	200.871.962,17
CRÉDITOS DIVERSOS	129.755.699,94	129.731.322,54
Juros sobre Capital Próprio	1.257.739,04	1.257.739,04
(-) Retenção Judicial	(1.257.739,04)	(1.257.739,04)
Depósitos Judiciais	3.145.902,26	3.145.902,26
(-) Retenção Judicial	(3.145.902,26)	(3.145.902,26)
Convênio Governo do Estado de SC	129.731.322,54	129.731.322,54
Depósito Judicial - CVM	24.377,40	-
AÇÕES EM CARTEIRA	11.107.535,11	11.107.535,11
Ações da Celesc - ON	349.999,79	349.999,79
Ações da Celesc - PN	10.757.535,32	10.757.535,32
AÇÕES CUSTODIADAS	58.645.600,00	58.645.600,00
Ações da Celesc	58.645.600,00	58.645.600,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	1.418.806,67	1.387.504,52
IRPJ a Recuperar	1.418.806,67	1.362.478,59
COFINS a Recuperar	-	20.561,82
PIS a Recuperar	-	4.464,11
IMOBILIZADO	4.963,80	2.326,61
BENS EM OPERAÇÃO	10.514,75	6.593,75
Computadores e Periféricos	10.514,75	6.593,75
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(5.550,95)	(4.267,14)
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado	(5.550,95)	(4.267,14)
TOTAL DO ATIVO	201.565.514,03	201.480.476,27

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.918.630.621,60	3.239.645.006,86
Fornecedores de Serviços	5.031,33	3.600,00
Juros Vencidos s/ Debêntures	3.473.538.031,57	2.819.388.948,16
Debêntures Emitidas	449.491.200,00	424.656.100,00
(-) Provisão para Retenção Judicial	(4.403.641,30)	(4.403.641,30)
NÃO CIRCULANTE	24.377,40	-
Provisão Deposito Judicial - CVM	24.377,40	-
PASSIVO A DESCOBERTO	(3.717.089.484,97)	(3.038.164.530,59)
CAPITAL SOCIAL	82.447.015,32	82.447.015,32
Capital Subscrito	200.000.000,00	200.000.000,00
Capital a Integralizar	(117.552.984,68)	(117.552.984,68)
RESERVAS DE CAPITAL	2.519.240,44	2.519.240,44
Correção Monetária do Capital	2.519.240,44	2.519.240,44
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	(3.802.055.740,73)	(3.123.130.786,35)
Lucros /Prejuízos Exercícios Anteriores	(3.123.130.786,35)	(2.556.683.108,87)
Prejuízo do Exercício	(678.924.954,38)	(566.447.677,48)
TOTAL DO PASSIVO	201.565.514,03	201.480.476,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE:

(Valores expressos em R\$)

CONTAS	2012	2011
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	678.924.954,38	(566.447.677,48)
Despesas Administrativas	(63.866,27)	(92.636,24)
Resultado Financeiro	(678.861.088,11)	(566.355.041,24)
(=) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(678.924.954,38)	(566.447.677,48)
QUANTIDADES DE AÇÕES	200.000	200.000
(=) PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	(3.394,62)	(2.832,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em R\$)

SALDO DE LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	(3.123.130.786,35)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE 2012	(678.924.954,38)
SALDO DE LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	(3.802.055.740,73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INVESC - Santa Catarina Participação e Investimentos S.A.

C.N.P.J.: 00.897.864/0001-58

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em R\$)

MUTAÇÕES DAS CONTAS	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	82.447.015,32	2.519.240,44	(3.123.130.786,35)	(3.038.164.530,59)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE 2012	0,00	0,00	(678.924.954,38)	(678.924.954,38)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	82.447.015,32	2.519.240,44	(3.802.055.740,73)	(3.717.089.484,97)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em R\$)

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa	2012		2011	
Caixa Líquido Atividades Operacionais	26.721,02		(46.170,89)	
Caixa Gerado nas Operações	(678.924.954,38)		(566.447.677,48)	
Variações nos Ativos e Passivos	678.951.675,40		566.401.506,59	
Outros				
Caixa Líquido Atividades de Investimentos				
Caixa Líquido Atividades de Financiamento				
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes				
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes	26.721,02		(46.170,89)	
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	606.187,49		652.358,38	
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	632.908,51		606.187,49	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em R\$)

	2012	2011
Serviços Adquiridos de Terceiros	(63.016,12)	(90.928,79)
Outros	(63.016,12)	(90.928,79)
Valor Adicionado Bruto	63.016,12	(90.928,79)
Retenções	(1.283,81)	(1.707,45)
Depreciação	(1.283,81)	(1.707,45)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(64.299,93)	(92.636,24)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	123.528,96	160.283,78
Receitas Financeiras	123.528,96	160.283,78
Valor Adicionado Total a Distribuir	59.229,03	67.647,54
Distribuição do Valor Adicionado	59.229,03	67.647,54
Remuneração de Capitais de Terceiros	678.984.183,41	566.515.325,02
Juros	678.984.183,41	566.515.325,02
Remuneração de Capitais Próprios	(678.924.954,38)	(566.447.677,48)
Prejuízo do Exercício	(678.924.954,38)	(566.447.677,48)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2012

NOTA 01: CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 30 de Outubro de 1995 através da Lei Estadual nº 9.940, de 19/10/95, pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de gerar recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense.

NOTA 02: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

NOTA 03: RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação de itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização até o final do exercício social subsequente são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização após o final do exercício social subsequente são classificados como itens não circulantes.

b) Ativo Circulante

Está demonstrado pelos valores de realização, contemplando, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias correspondentes até a data do balanço.

c) Ativo Realizável a Longo Prazo

c.1) Ações da CELESC

As ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC garantem a emissão de debêntures por parte da Companhia. A AGE da CELESC de 11/08/2006 aprovou o agrupamento das ações na proporção de 20:1, ou seja, cada 20 (vinte) ações da CELESC tornaram-se 1 (uma) ação a partir de 02/10/2006.

As ações estão avaliadas, em 31/12/12, pelo custo de aquisição, e estão assim demonstradas:

	R\$	Quantidade
Ações PNB	R\$ 10.757.535,32	625.438 ações
Ações ON	R\$ 58.995.599,79	4.551.897 ações
Total	R\$ 69.753.135,11	

De acordo com o artigo 183 da Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, não foi constituída a Provisão para Ajuste a Valor de Mercado, tendo em vista que o valor de mercado das ações para o 4º trimestre do exercício de 2012 é superior ao seu custo de aquisição, como é demonstrado a seguir:

	Quantidade	Custo de Aquisição	Valor de Mercado 31/12/2012
Ações PNB	625.438 ações	R\$ 10.757.535,32	R\$ 16.886.826,00
Ações ON	4.551.897 ações	R\$ 58.995.599,79	R\$ 168.420.189,00
Total	5.177.335 ações	R\$ 69.753.135,11	R\$ 185.307.015,00

c.2) Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina

A conta Convênio Governo do Estado de Santa Catarina teve por objetivo a geração dos recursos para alocação em investimentos públicos no território catarinense, conforme discrimina a Nota 01 acima, com o montante de R\$ 129.731.322,54 (cento e vinte e nove milhões, setecentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos). Esta conta não sofre correção monetária e não apresenta cláusula em seu Contrato quanto à correção monetária e sua devolução à Companhia.

c.3) Depósito Judicial

Por ordem judicial a CELESC depositou em juízo em 31/07/2004 o valor de R\$

3.145.902,26, referente a Juros s/Capital Próprio das Ações da CELESC, pertencentes à INVESC, para garantia de parte da dívida para com os debenturistas.

c.4) Juros a Receber s/ Capital Próprio

A Planner Corretora de Valores S/A, na condição de Agente Fiduciário, para garantia de parte da dívida da INVESC para com os debenturistas, reteve em 28/06/2005 o Valor de R\$ 679.746,52 e em 16/01/2006 o valor de R\$ 577.992,52 totalizando em 31/12/09 R\$ 1.257.739,04 referente a Juros s/Capital Próprio das Ações da Celesc.

c.5) Depósito Judicial – C.V.M.

Em 30/04/2012 foi depositado em juízo o valor de R\$ 24.377,40 referente multa aplicada pela C.V.M. – Comissão de Valores Mobiliários pela ausência de publicação da proposta do Conselho de Administração da AGO 2009, previsto no artigo 21, inciso VIII, da Instrução CVM 480/2009, com vigência a partir de 01/01/2010. Sendo questionado a legalidade da multa aplicada, ressaltando o Princípio da Anterioridade, que prevê que a regulamentação da penalidade deve ser anterior ao fato jurídico tributário, o que não ocorreu no caso, uma vez que o fato que gerou a obrigação se deu em 31/12/2009 e a IN/CVM nº 480/2009, que fundamentou a aplicação da penalidade, começou a vigorar em 01/01/2010.

d) Debêntures

Em 01/11/95, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária a emissão de 10.000 debêntures em série única, não conversíveis em ações. As referidas debêntures, vencidas em 31/10/00 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Nota 04). A posição das debêntures em 31/12/12 é a seguinte:

Quantidade Emitida	10.000 debêntures
Valor do P.U. em 01/11/1995	R\$ 10.000,00
Total da Emissão	R\$ 100.000.000,00
Valor do P.U. em 31/12/2012	R\$ 44.949,12000
P.U. dos Juros Vencidos	R\$ 392.302,923156
Vencimento	31/10/2000
Base da Remuneração	TJLP + Juros de 14% a.a.
Agente Fiduciário	Planner Corretora de Valores S/A

Em 31/12/2012, o saldo devedor das debêntures emitidas, acrescido dos juros vencidos até esta data, corresponde a R\$ 3.923.029.231,56 o qual está devidamente apropriado no Passivo Circulante.

Em 31/10/96 foram pagos juros no montante de R\$ 16.685.200,00 (dezesesseis milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e duzentos reais), sendo que em 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, não ocorreram pagamentos, sendo efetuada apenas a provisão, conforme descrito acima. Os valores contábeis estão de acordo com o total compactuado na escritura da emissão das debêntures, sendo reconhecidos os juros e variações monetárias até a data do balanço.

e) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas e as despesas correspondentes.

NOTA 04: LITÍGIO JUDICIAL

A Planner Corretora de Valores S/A na condição de Agente Fiduciário dos debenturistas, ajuizou ação de execução por quantia certa contra a INVESC na 2ª Vara Cível no foro da comarca da capital-SC, através do processo nº 023.00.005707-2, em decorrência da declaração de vencimento antecipado das debêntures emitidas pela INVESC, em razão do não pagamento dos juros previstos na escritura pública de emissão das debêntures.

A INVESC interpôs Embargos à Execução que foram julgados procedentes em primeiro grau, decisão esta reformada pelo Tribunal de Justiça e mantida pelo Superior Tribunal de Justiça que

INVESC - Santa Catarina Participação e Investimentos S.A.

C.N.P.J.: 00.897.864/0001-58

não conheceu o recurso interposto pela executada - INVESC.

Nos autos da referida execução foram penhoradas ações da CELESC que garantiam as debêntures emitidas pela INVESC, bem como os dividendos pagos à executada. Em 2007, a pedido da exequente, foi deferida a adjudicação das ações da CELESC que estavam penhoradas. Contra essa decisão foi interposto Agravo de Instrumento nº 2007.021143-9, patrocinado pela Dra. Ana Paula de Andrade, advogada constituída pela INVESC para esse fim.

Em 2009 o Agravo de Instrumento nº 2007.021143-9 interposto pela INVESC, foi conhecido e deu-lhe provimento parcial "para cassar a decisão recorrida na parte em que determinou a expedição da carta de adjudicação".

A Planner Corretora de Valores S/A opôs embargos de declaração nº 2007.021143-9/0001, contra a decisão acima, tendo sido conhecido dos embargos de declaração e rejeitados. Atualmente encontram-se sub-judice.

NOTA 05: CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia, subscrito no ato da constituição, é representado por 200.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor de mercado, correspondendo, cada uma, a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos por lei e nos Estatutos para sua espécie.

Wanderlei Pereira das Neves
Diretor Presidente

Neri Müller
Contador CRC/SC 023.584/O-6

Simone de Souza Becker
Diretora

Luis Eduardo de Souza
Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - INVESC
Nesta

Examinamos as demonstrações contábeis da **Santa Catarina Participação e Investimentos S/A – INVESC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase.

Os valores repassados ao Governo de Santa Catarina (Nota 3.c.2) no montante de R\$ 129.731.322,54, foram captados principalmente com emissão de debêntures (Nota 3.d) e não geram nenhuma receita para a empresa. A operação de debêntures é garantida com 4.551.897 ações ordinárias das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC que se encontram caucionadas em favor dos debenturistas. As debêntures, cujo saldo atualizado em 31.12.2012 é de R\$ 3.918.625.590,27 (inclusos juros vencidos num montante de R\$ 3.473.538.031,57), conferem aos seus titulares juros de 14% ao ano. Referidas debêntures encontram-se vencidas e estão sendo cobradas judicialmente pelo Agente Fiduciário (Nota Explicativa nº 4). O pagamento dos juros vencidos, bem como o reembolso das debêntures, atualizadas pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, dependerá do repasse de recursos (integralização de capital), por parte do Governo do Estado de Santa Catarina e/ou da alienação das ações das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC. O agente fiduciário "Planner Corretora de Valores S.A." promove em nome dos debenturistas, execução judicial das ações dadas em garantia, cujo desfecho no entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina deve ser favorável aos debenturistas por tratar-se de execução lastreada em título líquido e certo, que decidiu o Poder Judiciário. Referidas ações estão avaliadas contabilmente pelo custo histórico.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2013

VGA & VALÉRIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Wilson Miguel Garcia **Lourival Pereira Amorim**
Contador CRC/SC 9.744/O-1 Contador CRC/SC 9.914/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A – INVESC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei nº 6404/76, declara haver procedido ao exame do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício de 2012, tendo concluído com base nesse exame e no Parecer dos Auditores Independentes, VGA & VALERIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 27 de fevereiro de 2013, que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral.

Florianópolis(SC) 25 de março de 2013.

Augusto Puhl Piazza **Adriano de Souza Pereira** **André Luiz Von Knoblauch**
Presidente do Conselho Fiscal Membro Membro

PARECER DE AUDITORIA INTERNA

O Setor de Controle Interno da SANTA CATARINA PARTICIPAÇÃO E INVESTIMENTOS S/A – INVESC, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara haver procedido ao exame do Relatório de Gestão, do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Empresa relativas ao exercício de 2012, findo em 31/12/2012, tendo concluído com base nesse exame e no Parecer do Conselho Fiscal e no Parecer dos Auditores Independentes, VGA & VALERIO MATOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, de 27 de fevereiro de 2013, que as referidas demonstrações refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa. Assim, por seus membros abaixo assinados, o Conselho Fiscal, recomenda que os citados documentos sejam aprovados pelos acionistas na Assembléia Geral Ordinária.

Florianópolis(SC) 26 de março de 2013.

André Luiz Von Knoblauch **Luis Eduardo de Souza** **Rosilene Eller**
Setor de Controle Interno Setor de Controle Interno Setor de Controle Interno